

Chapa “Adufes forte pela base” vence com 60,7% dos votos válidos

A chapa 2 “Adufes forte pela base” vence as eleições para o biênio 2013/2015, e o resultado final das eleições é divulgado oficialmente pela Comissão Eleitoral no dia 02 de dezembro

Com uma votação expressiva, a chapa 2 “Adufes forte pela base”, encabeçada por Edson Pereira Cardoso, venceu as eleições, para o biênio 2013/2015, com 334 votos. A chapa conquistou 60,7% dos votos válidos, superando a chapa 1 “Realizar – Adufes Sindical”, que obteve 204 votos, ou seja, 37% da preferência do eleitorado. No mesmo pleito ainda foram eleitos os membros do Conselho de Representantes.

As eleições, que ocorreram no dia 28 de novembro, também registraram 2 votos em branco, representando 0,4% e 10 votos nulos, um percentual de 1,8% dos votantes.

Compareceram às urnas nos campi de Goiabeiras, Maruípe, Alegre e São Mateus 550 docentes, totalizando 33,2% da categoria. Ao todo, o sindicato disponibilizou 13 urnas eleitorais. Participaram da apuração, além da Comissão Eleitoral, dois representantes indicados por cada chapa.

Apesar da apuração ter sido iniciada no dia 29/11, sexta-feira, a Comissão Eleitoral optou por publicar a Ata e a proclamação dos



Da esquerda para direita, atrás: Aureo Banhos, Edson Pereira Cardoso, Ana Cláudia Borges e Rafael Vieira Teixeira. Na frente, André Michelato, Renata Couto Moreira, Odiléa Dessaune de Almeida, Sandra Soares Della Fonte e Cenira Andrade de Oliveira.

resultados das eleições para a Diretoria e Conselho de Representantes da Adufes somente no dia 02/12, após checagem de toda a documentação.

Para o presidente da Comissão Eleitoral, professor Luiz Jorge Vasconcellos de Mendonça, as eleições ocorreram com participação significativa da categoria. “De um modo geral, o processo foi muito rico, não houve nenhum problema significativo durante todo o pleito. As eleições demonstraram que os professores estão interessados em fortalecer o espaço de ação e luta do sindicato”, avaliou.

Urna impugnada no CCS. De acordo com a Comissão Eleitoral foi impugnada uma das 3 urnas instaladas no Centro de Ciências da Saúde/CCS, em Maruípe, localizada em frente ao Restaurante Uni-

versitário – RU. No entanto, a impugnação de uma única urna nas eleições para a Diretoria da Adufes não mudou o quadro final do pleito.

Assembleia de Posse. A nova diretoria será empossada durante a Assembleia Geral no dia 12/12, quinta-feira, no Auditório do Centro de Ciências Exatas (CCE), às 19 horas.

Edson Cardoso é o novo presidente eleito da Adufes. Após um intenso período democrático de disputa elei-

toral, o processo foi encerrado com a vitória da Chapa 2 - “Adufes forte pela base” - que assume a entidade com o compromisso de “renovar as práticas sindicais, aproximando os professores dos espaços de construção política do sindicato”.

A diretoria da Adufes, escolhida para representar os docentes no biênio 2013/2015, ganhou as eleições com uma diferença de 130 votos sobre a chapa “Realizar – Adufes Sindical”.

DIRETORIA DA ADUFES – BIÊNIO 2013/2015

Presidente: Edson Pereira Cardoso

Vice Presidente: Rafael Vieira Teixeira

Secretária Geral: Cenira Andrade de Oliveira

Primeira Secretária: Sandra Soares Della Fonte

Tesoureiro Geral: André Augusto Michelato Ghizelini

Primeira Tesoureira: Renata Couto Moreira

Primeira Suplente: Odiléa Dessaune de Almeida

Segundo Suplente: Aureo Banhos

Terceiro Suplente: Raphael Góes Furtado

Quarta Suplente: Ana Claudia Borges Campos Wenceslau

Fique Por Dentro entrevista João Pedro Stédile

Stédile, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e professor da Escola Nacional Florestan Fernandes, destaca em entrevista ao Jornal Fique por Dentro que a concentração de terras tem crescido e que a reforma agrária clássica realmente “saiu da agenda nacional”. Portanto, resta ao MST o caminho da “reforma agrária popular”, que defende um novo modelo de desenvolvimento agrícola: o agroecológico. Veja a entrevista realizada com João Pedro durante semana do debate a “Universidade e Luta de Classes: desafios da Reforma Agrária Popular”, que aconteceu em outubro deste ano, na Ufes.

Fique por Dentro. Ainda há um processo de reforma agrária no Brasil, no sentido de distribuição de terras?

João Pedro Stédile. Um programa de reforma agrária é quando as políticas de desapropriação de terras e democratização da propriedade conseguem impedir a concentração. No Brasil a concentração só aumenta. O Censo de 2006 revelou que a concentração é muito maior agora do que em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. O que existiu no Brasil, nas últimas décadas, foi à conjugação de duas políticas públicas: a colonização de terras na Amazônia, e isso não altera a estrutura da propriedade, e a política de assentamentos rurais para resolver conflitos sociais e políticos, isso quando há muita pressão por parte dos trabalhadores. Nos últimos anos conseguimos muitos assentamentos, com muita pressão social e um alto custo de sacrifício dos trabalhadores. Mas isso não é reforma agrária, no sentido clássico. Além disso, no Brasil está havendo uma desnacionalização da propriedade da terra, acelerada ainda mais pela crise do capitalismo financeiro que fez com que os capitais especulativos corresse para investir em patrimônio da natureza no Brasil e se protegessem da crise.

Fique por Dentro. Como os professores das universidades podem contribuir com



Para Stédile, os sindicatos e movimentos sociais precisam construir um programa que tenha capacidade de dialogar com a juventude.

a luta pela Reforma Agrária?

João Pedro Stédile. Os professores têm uma missão muito grande em contribuir com as mudanças na sociedade. Eles precisam levar para as universidades esse debate de projeto de sociedade. Infelizmente, a universidade, tanto seu corpo de estudantes como de professores, sofre a mesma apatia que está na sociedade, que é o descenso do movimento de massas.

A segunda contribuição é no campo específico da educação. É impossível aplicar a reforma agrária sem ser combinada com a educação, pois não dá para distribuir terra e as pessoas continuarem analfabetas, até porque é um direito da população rural ter acesso ao ensino universalizado e em todos os níveis. Mas para isso é preciso que os professores nos ajudem, indo para o campo nesse

movimento de interiorização do ensino médio e superior, pois são eles que detêm a possibilidade de democratizar o conhecimento.

Fique por Dentro. Qual é o papel dos movimentos sociais e dos sindicatos na construção política junto à juventude?

João Pedro Stédile. O grande desafio é unir partidos de representação da classe trabalhadora, movimentos

sociais organizados e juventude para construir um programa que parte da luta pelo transporte público gratuito e de qualidade e avança para reformas estruturais que a classe trabalhadora precisa e luta há muito tempo. É preciso construir um programa que tenha capacidade de galvanizar as massas e que ao mesmo tempo dialogue com a juventude.



Eleito Conselho de Representantes da Adufes

Nestas eleições novos integrantes foram eleitos para compor o Conselho de Representantes (CR) da entidade. Na votação para o Conselho, expressivamente, 9 centros elegeram docentes. O único que não indicou nomes para o CR foi o Centro de Artes (CAR), que ainda poderá fazer a indicação na primeira Assembleia Geral da Adufes, após a posse da nova diretoria.

O Conselho de Representantes reúne professores de todos os centros da Universidade. Eles são responsáveis por articular as demandas dos docentes em cada local de trabalho. É um órgão consultivo e deliberativo, subordinado hierarquicamente à Assembleia Geral. O tempo de gestão é o mesmo da diretoria, dois anos.

Número de Conselheiros por Centro. De acordo com o Regimento Interno da Adufes, cada centro tem a quantidade de conselheiros proporcional ao número de professores, ou seja, 1 conselheiro para cada 100 professores sindicalizados. Cada chapa para o Conselho de Representantes é composta por 1 titular e 1 suplente.

Neste pleito foram eleitas duas chapas para os centros: CCS, CCJE, CCHN e CT. As demais unidades, CCA, CCE, CEFD, CE e CEUNES, elegeram apenas 1 conselheiro (titular e suplente). A posse do Conselho de Representantes e da Diretoria será na mesma data, dia 12/12.

Veja ao lado o novo Conselho de Representantes da Adufes - biênio 2013/2015.

CONSELHO DE REPRESENTANTES – BIÊNIO 2013/2015:

Centro de Ciências Agrárias (CCA)

Titular Hugo José Gonçalves dos Santos Junior
Suplente Adriana Madeira Alvares da Silva Conforti

Centro de Ciências Exatas (CCE)

Titular Fábio Corrêa de Castro
Suplente Vinícius Cândido Mota

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

Titular Helder Gomes
Suplente Ana Targina Rodrigues Ferraz

Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES)

Titular Marcia Regina Santana Pereira
Suplente Gilmene Bianco

Centro Educação (CE)

Titular Edna Castro de Oliveira
Suplente Jair Ronchi Filho

Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)

Titular Josemar Machado de Oliveira
Suplente Donato de Oliveira

Titular Antônio Carlos Amador Gil
Suplente Maria Elizabeth Barros de Barros

Centro Tecnológico (CT)

Titular Marcel Olivier Ferreira de Oliveira
Suplente Temístocles de Sousa Luz

Titular Jussara Faria Fadin
Suplente Francisco Estevão Cota

Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)

Titular Erineusa Maria da Silva
Suplente Ivan Marcelo Gomes

Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Titular Franciele Marabotti Costa Leite
Suplente Thiago Nascimento do Prado

Titular José Geraldo Mill
Suplente Thiago Dias Sarti



Fotos: Comunicação Adufes

Professor aposentado durante pleito eleitoral na sede da Adufes, em Goiabeiras.

Agendas 2014 começam a ser disponibilizadas para os professores

A partir da segunda quinzena deste mês a Adufes iniciará a distribuição das agendas 2014 para os sindicalizados (as). A publicação poderá ser retirada na sede do Sindicato, no campus de Goiabeiras, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.

Entregue gratuitamente, a agenda 2014 da Adufes será bem útil para o dia a dia dos docentes. O exemplar traz os telefones dos departamentos, centros de ensino, e outros serviços da Ufes como os contatos de agências bancárias, livrarias e Biblioteca Central.

Outro detalhe importante: a agenda do professor (a) conta com calendário de feriados e dias santificados, espaço reservado para planejamento e agenda telefônica. Não deixe de retirar sua agenda na sede da Adufes!



▶ NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Justiça obriga Ufes a devolver cerca de R\$ 60 mil à Adufes

O Tribunal Regional da 2ª Região determinou no mês de novembro o pagamento do Precatório da Adufes (valores recebidos da União). O valor era referente aos custos para o processamento das consignações - valores das contribuições sindicais retiradas nos contracheques dos filiados da Adufes. A taxa era cobrada indevidamente pela Ufes. O crédito que retornará ao sindicato é resultado de uma longa batalha judicial entre Adufes e a Universidade.

A cobrança foi feita de 1996 até 2001. Uma portaria tornou ilegal o recolhimento feito pela Ufes que, no entanto, continuava onerando o sindicato. Não restando a Adufes, por meio da Assessoria Jurídica, outra solução senão o ingresso na Justiça. O valor atual do crédito que retornará aos cofres da Adufes é de R\$ 60.164,01 (sessenta mil, cento e quatro reais e um centavo).

Mantida sentença que determina o pagamento de valores referentes a exercícios anteriores de professora

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve sentença do Juiz da 2ª Vara Federal Cível de Vitória, que determinou o pagamento imediato de valores referentes a diferenças de progressões acumuladas. Embora os valores tenham sido reconhecidos e calculados, a professora ainda não recebeu o montante. A universidade alegou à professora ausência orçamentária, sendo os custos devidos lançados no que denomina “exercícios anteriores”.

Diz a Juíza, Viviany de Paula Arruda, ao julgar o processo: “Analisando o caso dos autos, percebe-se que entre o cumprimento do requisito básico para obtenção das quantias que se persegue, qual seja, a realização de cursos e o transcurso de tempo para as progressões, de 2003 a 2007, e a publicação da portaria (fl. 70) definindo a concessão do benefício à servidora (2008), se passaram mais de cinco anos, contando-se mais um ano extra, até outubro de 2009, para se homologar, pela Direção Geral da Universidade, a decisão do processo administrativo visando pagar os valores nominais devidos, conforme

cálculos feitos pela própria ré (fl. 74)”.

A juíza ainda argumenta em sua sentença que “desde então, todavia, não houve pela ré qualquer manifestação no sentido de efetivar o pagamento devido, e mesmo após formalmente instada a realizar o pagamento dos valores atrasados, em outubro de 2012 (fls. 106/107), a Ufes simplesmente respondeu que o pagamento está autorizado, mas que depende de liberação de recursos por parte da SOF/MPOG.

Não há, assim, comprometimento do julgamento do mérito, pelo simples reconhecimento administrativo da autorização do pagamento. Tal efeito decorreria, apenas, da verificação da concretização do pagamento por parte da Ufes, que, como não ocorreu, torna resistida a pretensão autoral, pelo motivo orçamentário já citado, justificando a necessidade e utilidade do presente provimento, contido na demanda em tela.”

Oportuno lembrar, que do julgamento do TRF 2 ainda cabe recurso, mas estamos confiantes na sua manutenção nas instâncias superiores.